



Secretaria de Segurança Pública

Departamento de Trânsito e Serviços

Rua: Rodolpho Guidini, 149 – Jd. Bela Vista - CEP 16200-718 Tel/Fax: 18 3642-2215 -transito@birigui.sp.gov.br

EDITAL Nº 61/2017 DE CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2017

O **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, no uso de suas prerrogativas legais e, considerando o que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, em especial as Portarias n.º 95/2015, n.º 242/2015, e Ofício Circular n.º 12/2015 do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas atualizações e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie, comunica, através da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Departamento de Trânsito, aos interessados que está procedendo à **CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2017** destinada ao **CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS INTERESSADOS EM FIRMAR CONTRATO COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO, POR UM PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS.**

DATA, LOCAL E HORA DA RECEPÇÃO DOS ENVELOPES: Os interessados em participar da presente licitação deverão apresentar 02 (dois) envelopes separados, devidamente fechados: Habilitação e da Proposta de Preços às **09:00 h do dia 02 de outubro de 2017**, no Departamento de Materiais, situada à Rua Santos Dumont, nº 28, Centro, na cidade de Birigui, estado de São Paulo.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente Chamada Pública consiste no **CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS INTERESSADOS EM FIRMAR CONTRATO COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO, POR UM PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS.**

1.1.1. O valor da tarifa é de **R\$ 2,40** (dois reais e quarenta centavos), a título de tarifas bancárias, por guia liquidada.

2. DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE:

2.1. Os interessados em participar desta Chamada Pública, deverão apresentar os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, em 01 (um) envelope distinto, devidamente lacrado (colado), no dia e hora mencionado no preâmbulo deste Edital.

2.2. Sugerimos fazer constar na sua parte externa, a seguinte inscrição:

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
AO MUNICÍPIO DE BIRIGUI
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº -----/2017 – CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS**



BANCÁRIOS INTERESSADOS EM FIRMAR CONTRATO COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO, POR UM PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS.

PROPONENTE: (Razão Social da proponente).

CNPJ n.º: (da proponente)

Endereço: (completo) **Telefone, Fax e e-mail:** (informar todos os dados).

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Estão impedidas de participar desta Chamada Pública, pessoas jurídicas:

3.1.1. Estrangeiras que não funcionem no País.

3.1.2. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.1.3. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores.

3.1.4. Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/02.

3.1.5. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

3.1.6. Enquadradas nas proibições do artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93.

3.2. Poderão prestar os serviços os Estabelecimentos Bancários, legalmente constituídos, com capacidade técnica comprovada, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal, que não estejam em processo de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do poder público, que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e ANEXOS e que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, em especial as Portarias n.º 95/2015, n.º 242/2015, e Ofício Circular n.º 12/2015 do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas atualizações e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie, sendo que na hora e local acima indicados deverão apresentar o envelope fechado e indevassáveis, contendo os documentos de **Habilitação**.

3.3. A participação no presente processo se dará através de representante legal presente durante a sessão, devidamente credenciado, que portar o envelope de Habilitação, observada data e horário preestabelecidos, sendo todos os atos consignados em ata própria.

3.4. O interessado no credenciamento obrigatoriamente deve ter sede ou filial no município de Birigui com CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas em Birigui.

4. DO CREDENCIAMENTO NA SESSÃO:

4.1. Instrumento público ou particular de procuração, pelo qual o interessado tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos da Chamada Pública, em especial para interpor recurso ou desistir do direito de recorrer.

4.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores – (última ata de eleição).



4.2.1. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um Estabelecimento Bancário, sob pena da exclusão sumária dos representados.

4.4. Os documentos supramencionados poderão ser apresentados no **ORIGINAL** ou por qualquer processo de **CÓPIA AUTENTICADA** por Cartório competente e serão retidos para oportuna juntada aos autos do presente processo administrativo.

4.5. Será admitido apenas um representante para cada Estabelecimento Bancário interessado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um Estabelecimento Bancário.

4.6. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do Estabelecimento Bancário interessado por ele representado, salvo autorização expressa da Comissão.

4.7. Declarações feitas posteriormente, exceto se solicitadas pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Departamento de Trânsito, não serão levadas em consideração.

4.8. À Comissão caberá o julgamento da legalidade, qualidade e suficiência dos documentos e informações apresentados pelos interessados, podendo, a seu critério, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos complementares, estabelecer prazos adequados para seu atendimento, bem como realizar verificações “in loco”.

4.9. O interessado que não apresentar os esclarecimentos no prazo estipulado pela Comissão, será eliminado do processo.

4.10. Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos, depois de apresentados, todavia, diante de erros formais a Comissão poderá determinar ou proceder de ofício a correção.

5. DOS ANEXOS:

5.1. São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

ANEXO II - Declaração de que atende o disposto no artigo 7º, XXXIII, da CF/88.

ANEXO III – Formulário de Credenciamento.

ANEXO IV - Declaração assinada pelo representante legal da empresa que os proprietários, diretores e sócios do Estabelecimento Bancários a ser credenciado não pertencem ao quadro de servidores públicos do Município, nem exercem cargo de chefia e/ou função de confiança na Administração Pública.

ANEXO V - Minuta do Contrato de prestação de serviços a ser celebrado.

ANEXO VI – Termo de Referência.

ANEXO VII – Declaração de conhecimento e aceitação do teor do Edital.

ANEXO VIII - Termo de Ciência e Notificação.

ANEXO IX – Cadastro do Responsável.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:



O envelope dos “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO” deverá conter os documentos que comprovem a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal e a Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, conforme **ANEXO I**.

6.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso, consistirá em:

6.1.1. Cédula de Identidade (em se tratando de Firma Individual).

6.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

6.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores – (última ata de eleição).

6.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

SE OS DOCUMENTOS REFERENTES AOS SUBITENS 6.1.1. A 6.1.5. FOREM APRESENTADOS PARA O CREDENCIAMENTO, NÃO HAVERÁ NECESSIDADE DE NOVA APRESENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO.

6.1.6. Declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, de que a licitante não possui em seu quadro de colaboradores, empregados que se enquadrem nas situações previstas no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, conforme **ANEXO I**.

6.2. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL** consistirá em:

6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica relativa ao domicílio ou sede do proponente, pertinente e compatível com o objeto desta Chamada Pública.

6.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da Chamada Pública.

6.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei. A prova de regularidade deverá ser atendida pela apresentação dos seguintes documentos:

6.2.3.1. Certidão expedida conjuntamente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil referente a todos os créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou documento equivalente que comprove a regularidade (conforme Portaria PGFN/RFB Nº1751/2014)

6.2.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com a prestação do serviço.

6.2.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos municipais relacionados com a prestação licitada, com apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.



6.2.3.3.1. Caso o Proponente tenha sede em outro Município e esteja cadastrada também como contribuinte no município de Birigui- SP, deverá apresentar a prova de regularidade mencionada no item 7.2.3.3 também para com o município de Birigui – SP.

6.2.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com a prestação do serviço, com apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

6.2.3.4.1. Caso a Proponente tenha sede em outro Município e esteja cadastrada também como contribuinte no município de Birigui - SP, deverá apresentar a prova de regularidade mencionada no item 6.3.3.4 também para com o Município de Birigui – SP.

6.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação de:

6.2.4.1. Certidão Negativa de Débito (CND) comprovando a inexistência de débito junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

6.2.4.2. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

6.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos moldes da Lei Federal n.º 12.440/2011, podendo ser apresentada Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos da CNDT, conforme disposto no §2º, do artigo 1º do mesmo diploma legal.

6.3. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**:

6.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede (matriz ou filial) da proponente, com prazo de expedição inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes desta chamada.

6.4. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**:

6.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento, compatível com o objeto da licitação. A comprovação de fornecimento será feita por atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, competentes para tanto.

6.4.2. Documentação legal que comprove que a licitante está autorizada a funcionar como Instituição Bancária.

6.4.3. Declaração de que recebeu toda a documentação pertinente e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições, inclusive quanto ao local de prestação de serviços, do objeto desta licitação.

6.5. Todos os documentos necessários à Habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de



validade e serem apresentados no **ORIGINAL** ou por qualquer processo de **CÓPIA AUTENTICADA** por Cartório competente, servidor público e serão retidos para juntada aos autos do presente processo administrativo.

6.5.1. A documentação prevista nos itens 6.1, subitens 6.1.1 a 6.1.4, 6.2, subitens 6.2.1 e 6.2.2, 6.3 - 6.3.1 e 6.3.2 e no item 6.4 – 6.4.1, poderão ser substituídos pelo **CRC - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**, emitido única e exclusivamente pelo **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**.

6.6. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das Propostas.

6.7. Os documentos mencionados acima deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento da licitante (agência ou matriz), ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio, e estarem vigentes à época da apresentação do envelope contendo a documentação.

6.8. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas Propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.9. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

6.10. Caso os documentos declaratórios solicitados no edital não sejam apresentados juntamente com a documentação exigida, tal falta poderá, a CRITÉRIO da COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO, ser saneada de próprio punho no momento da sessão, pelo representante legal da empresa, desde que possua poderes para tanto, devidamente comprovados em procuração ou contrato social.

7. DA ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E DESCREDENCIAMENTO

7.1. Durante a vigência do cadastramento o credenciado deverá cumprir contínua e integralmente o disposto neste edital e nos termos contratuais que celebrar com a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Departamento de Trânsito.

7.2. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do art. 27 da Lei 8666/93, garantido o contraditório e ampla defesa.

7.3. O credenciado poderá solicitar o seu descadastramento, a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Departamento de Trânsito. O pedido de descadastramento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e as responsabilidades a ele atreladas.

8. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DO ENVELOPE:

8.1. O recebimento e abertura do envelope de habilitação será realizado em ato público, do qual se lavrará ATA circunstanciada pela Comissão, a qual, juntamente com os representantes das proponentes presentes, rubricará toda a documentação.

9. DA ABERTURA E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO:



9.1. A abertura do envelope será realizada da seguinte forma:

9.1.1. Será analisado o **DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO** das proponentes.

9.1.1.1. A Comissão analisará a documentação apresentada e habilitará ou inabilitará as empresas que atenderem ou não atenderem os requisitos de habilitação.

9.1.2. A proponente que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos neste Edital ou apresentá-los de maneira incompleta, será considerada inabilitada.

9.2. Na sessão pública, a Comissão, procederá a abertura do “**DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO**”, rubricando o seu conteúdo, o que deverá ser feito também por todos os presentes devidamente credenciados.

9.3. A Comissão e Secretaria Municipal de Segurança Pública e Departamento de Trânsito, ao término dos trabalhos de análise dos documentos publicará, nas formas da legislação vigente, o resultado final do credenciamento.

10. DOS RECURSOS:

10.1. Dos atos da Administração decorrentes desta Chamada Pública caberá recurso nos estritos termos do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo ser observado o procedimento legal.

10.2. O prazo recursal será contado a partir da data da ciência inequívoca por parte de todas as proponentes, sendo que:

10.2.1. As proponentes poderão desistir da interposição de recurso.

10.2.2. Não havendo concordância quanto à desistência de interposição de recurso, o prazo será contado já a partir da data da própria sessão de julgamento do conteúdo do envelope, caso todas as proponentes estejam presentes ou representadas.

10.2.3. Se ausente alguma das proponentes na sessão de julgamento dos conteúdos dos envelopes, o resultado dessa análise será divulgado por meio de publicação no Diário Oficial do Município, e, a partir da data dessa publicação, se iniciará o prazo recursal.

10.3. No caso de abertura de prazo recursal referente à documentação de habilitação, decididos os recursos ou transcorrido o prazo para a sua interposição, o processo terá prosseguimento com consequente Homologação.

10.4. Será franqueada aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos até seu término, vista aos autos do processo desta Chamada Pública, em local e horário a serem indicados pela Comissão.

10.5. O recurso será endereçado, em **ORIGINAL** ou através de **CÓPIA AUTENTICADA**, à própria Comissão e protocolado junto a **Secretaria de Segurança Pública/Departamento de Trânsito** sito à Rua Rodolpho Guidini, nº 149 – Jardim Bela Vista, na cidade de Birigui, estado de São Paulo. Os recursos deverão ser acompanhados de documentação comprobatória que demonstre a representatividade do representante legal que assinou os mesmos.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO:

11.1. Decorrido o prazo para julgamento de eventuais recursos, ou, ainda, caso todas as proponentes tenham desistido de sua interposição, ou, enfim, julgados os recursos apresentados, dar-se-á o



encaminhamento dos autos da Chamada Pública à autoridade competente visando à homologação do procedimento e adjudicação de seu objeto.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DE SUA ASSINATURA:

12.1. Será firmado o Contrato de Prestação de Serviços que terá **prazo de vigência de 12 (doze) meses**, após assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, até o limite disposto no inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.2. O **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** abrirá uma conta única de arrecadação, para fins de recebimento das multas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, na qual as credenciadas deverão repassar a essa conta única, devendo manter a conta durante a vigência do contrato.

12.3. A proponente será convocada para assinar o contrato que advirá desta Chamada Pública, nas condições estabelecidas no presente edital e em seus respectivos anexos.

12.4. A proponente deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação, comparecer junto ao **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** para assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas na presente Chamada Pública e na legislação pertinente.

12.4.1. O não comparecimento da proponente no prazo supramencionado ensejará na aplicação de multa prevista no presente edital de Chamada Pública.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

13.1. Executar a arrecadação de multas de trânsito sem ônus para os contribuintes;

13.2. Repassar ao município 95 % (noventa e cinco por cento) do produto da arrecadação diária, no segundo dia útil subsequente ao da arrecadação, mediante crédito em Conta de Arrecadação informado pelo município;

13.3 Remeter ao município, até o segundo dia útil após a arrecadação, o arquivo retorno sobre as Guias arrecadadas com o detalhamento dos documentos arrecadados, em meio eletrônico, sem nenhum ônus adicional para o Município;

13.4. Receber a importância devida pelo contribuinte, mediante quitação efetuada por processo que ofereça segurança, responsabilizando-se por qualquer ação ou omissão de seus funcionários ou prepostos que ocorrer no processo de arrecadação e recolhimento da mesma, bem como pela segurança e guarda da documentação desde o recolhimento até a entrega junto ao MUNICÍPIO;

13.5. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

13.6. Pelo descumprimento do prazo estabelecido no item “13.2”, fica o estabelecimento bancário ou prestador de serviço congênere obrigado a creditar ao MUNICÍPIO o produto arrecadado acrescido da atualização monetária através da Taxa de Referência de Títulos Federais (Selic) a partir do terceiro dia útil subsequente ao da arrecadação até o dia do efetivo repasse, não eximindo o estabelecimento arrecadador de sofrer as sanções previstas neste edital e nas Leis civil e penal;

13.7. Prestar os serviços objeto da presente Chamada Pública conforme especificações deste edital e seus anexos e de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Departamento de Trânsito, em consonância com a legislação pertinente e em compatibilidade com os valores;



13.8. A mão de obra a ser empregada na execução dos serviços será de inteira responsabilidade da proponente, e de inteiro acordo com as especificações deste edital;

13.9. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**;

13.10. Arcar com eventuais prejuízos causados ao **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

13.11 Arcar com todas as despesas necessárias para a prestação dos serviços, tais como: mão de obra, pagamento de seguros, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária;

13.12. Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Departamento de Trânsito;

13.13. A proponente não poderá cobrar qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;

13.14. A proponente responsabilizar-se-á por cobrança indevida, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato;

13.15. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** sobre a execução do objeto deste contrato, o **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** e a proponente reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica do Departamento Nacional de Trânsito - **DENATRAN**, ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificações dirigida à proponente.

13.16. É de responsabilidade exclusiva e integral da proponente a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** e a proponente.

13.17. A proponente deverá notificar o **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

13.18. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do artigo 14 da Lei n.º 8.078, de 11/09/90, (Código de Defesa do Consumidor).

14. DAS RESPONSABILIDADES, ATRIBUIÇÕES E DIREITOS DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI.

14.1. Constitui responsabilidade e direito do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** intervir, nas hipóteses previstas em lei, quando necessário, a fim de assegurar a regularidade e o fiel cumprimento do Edital e seus anexos e das normas legais pertinentes.



14.2. Compete ao **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** conferir os serviços através da fiscalização, pela sua qualidade e quantidade.

14.2.1. Os serviços fora das especificações e condições estabelecidas serão recusados, sendo exigida a sua reparação.

14.3. Efetuar os pagamentos na data e forma pactuadas, em conformidade com as disposições deste CHAMAMENTO PÚBLICO.

14.4. Comunicar à proponente toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas.

15. DO CONTROLE, VISTORIA, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

15.1. A Execução do presente contrato será avaliada pelos responsáveis indicados da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Departamento de Trânsito, mediante procedimento de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

15.3. Anualmente, o **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** vistoriará as instalações da **CONTRATADA** para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas da **CONTRATADA**, comprovadas por ocasião da assinatura deste contrato.

15.4. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição de capacidade operativa da **CONTRATADA** poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

15.5. A fiscalização exercida pelo **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** sobre serviços ora contratados não eximirá a **CONTRATADA** da sua plena responsabilidade perante o **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, ou para com os usuários e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

15.6. A **CONTRATADA** facilitará ao **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** designados para tal fim.

15.7. Em qualquer hipótese é assegurado à **CONTRATADA** amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e o direito à interposição de recurso.

16. DA RESCISÃO DO CONTRATO:

16.1. A rescisão do contrato originado da presente Chamada Pública, se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações, em especial quando constatado:

16.1.1. Persistência de infrações após a aplicação da multa prevista na Lei Federal n.º 8.666/93.

16.1.2. Manifesta impossibilidade por parte da proponente de cumprir as obrigações assumidas pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

16.1.3. Interesse público, devidamente motivado e justificado pelo **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**.

16.1.4. Demais hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.



16.1.5. Liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou falência da proponente.

16.1.6. Inobservância da boa técnica na execução dos fornecimentos.

16.2. Em caso de rescisão administrativa conforme previsto no artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93, ficam desde já reconhecidos os direitos da Administração, nos moldes do inciso IX do artigo 55 do mesmo Estatuto das Licitações.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

17.1. A Instituição Financeira a ser credenciada repassará para o MUNICÍPIO, 95% (noventa e cinco por cento) por meio de depósito em Conta de Arrecadação única informada pelo Município, com a retenção de 5% destinado a conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, conforme previsto no parágrafo único do Art. 320 da Lei nº 9.530/97 regulamentado pela Portaria nº 95, de 28 de julho de 2015 e Portaria nº 242, de 03 de dezembro de 2015, ambas do DENATRAN e ofício circular nº 12/2015 DENATRAN, proibida qualquer sobretaxa sobre esse mesmo serviço.

17.2. No aviso de débito enviado pela Credenciada deverá constar o valor da tarifa a título de contraprestação pelo serviço prestado.

17.3. Os valores serão fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses.

17.3.1. Após os primeiros 12(doze) meses, havendo a prorrogação do contrato, o mesmo poderá ser reajustado nos termos da legislação vigente.

17.4. A realização de pagamentos não isentará a proponente das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação e aprovação dos serviços.

18. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE O CHAMAMENTO:

18.1. Todas as informações, esclarecimentos e elementos relativos a esta Chamada Pública e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão atendidas exclusivamente quando a solicitação for efetuada por escrito, devendo ser encaminhadas à Comissão e protocolada na Secretaria de Segurança Pública/Departamento de Trânsito, sito à Rua Rodolpho Guidini, nº149 – Jardim Bela Vista, Birigui, estado de São Paulo, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes, dentro do horário normal de expediente 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, sem efeito suspensivo.

18.1.1. A consulta como critério de aceitabilidade, deverá ser encaminhada em papel timbrado ou identificado, em **ORIGINAL** ou através de **CÓPIA AUTENTICADA**, onde figure claramente o nome completo e endereço de seu formulador, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa consulente e endereçada à Comissão, acompanhada de documentação comprobatória da representatividade.

18.1.1.1. Serão aceitas solicitações por intermédio de “fac-símile – (18) 3642-2215” ou e-mail (transito@birigui.sp.gov.br) ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do **ORIGINAL** ou da **CÓPIA AUTENTICADA** por cartório competente, no prazo máximo de 01 (um) dia útil subsequente e dentro do horário de expediente do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**.

18.1.2. Não serão respondidas solicitações anônimas.

18.2. A Comissão responderá por escrito às questões pertinentes à Chamada Pública, assessorando-se das áreas técnicas quando necessário, sendo que a cópia do ofício será juntada no respectivo processo da Chamada Pública, após ter sido encaminhado para ciência da consulente e disponibilizado às demais proponentes no sítio oficial do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** (www.birigui.sp.gov.br).



18.3. Não será levada em consideração nenhuma solicitação verbal, quer seja consulta, pedido de esclarecimento, reclamação ou entendimento técnico.

18.4. Caso não venha a ser formulado pelas empresas interessadas nenhum pedido de informação ou de esclarecimento, pressupõe-se que os elementos contidos no edital são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação, seja a que título for.

18.5. Os esclarecimentos prestados e as respostas às consultas serão disponibilizados na página oficial do município, sendo de responsabilidade dos proponentes e interessados o acompanhamento.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1 - Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, bem como das demais sanções cabíveis de acordo com o previsto neste contrato e na legislação de regência, as infrações às disposições contratuais serão punidas, alternativa ou cumulativamente, assegurados o contraditório e a ampla defesa dos interessados, com as seguintes sanções e penalidades, a serem aplicadas de modo proporcional à gravidade da falta que as gerou (Art. 40, III - Lei 8.666/93):

19.1.1 - Advertência escrita, a ser aplicada para infrações não graves que, por si só, não ensejem a rescisão do contrato ou sanção mais severa;

19.1.2 - Multa a ser aplicada nos montantes abaixo relacionadas:

a) multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso do início dos serviços, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, sob pena de rescisão de contrato;

b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso para a entrega final dos serviços;

c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato sobre o valor da etapa a que pertencer o serviço considerado pela fiscalização mal executado independente do refazimento do serviço nas condições preestabelecidas no contrato;

d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato reajustado, pela inexecução total do ajuste.

19.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos do artigo 87 e seguintes da Lei de Licitações e demais normativos aplicáveis, quando a infração contratual apresentar gravidade tal que recomende a medida;

19.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87 e seguintes da Lei de Licitações e demais normativos aplicáveis, quando a infração contratual apresentar gravidade tal que recomende a medida.

19.2 - A recusa injustificada em assinar o contrato, por parte da licitante vencedora convocada para esse fim, caracterizará o total descumprimento da obrigação assumida, e sujeitará a infratora à suspensão de seu direito de participar de procedimentos licitatórios e ao impedimento de contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** por prazo não inferior a 02 (dois) anos.

19.3 - As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a das outras sendo



que o total das multas não poderá exceder o montante de 20% do valor do contrato a ser firmado.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

20.1 - As despesas decorrentes desta Chamada Pública correrão por conta das fontes de recurso conforme codificado para o exercício, como segue: Ficha nº 166 – Recursos Próprios, da **Secretaria Municipal de Segurança Pública e Departamento de Trânsito**.

20.2 - A(s) despesa(s) que seguir(em) no(s) exercício(s) subsequente(s) correrá(ão) à de Dotação(ões) Orçamentária(s) que for(em) consignada(s) no orçamento do Município e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo.

21. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

21.1. A interposição de eventuais impugnações ao edital deverá observar o disposto no art. 41, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo ser encaminhadas à Comissão, e protocolada junto a **Secretaria de Segurança Pública/Departamento de Trânsito**, sito à Rua Rodolpho Guidini, nº 149 – Jardim Bela Vista, Birigui, estado de São Paulo.

21.1.1. Será franqueada aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de impugnações até seu término, vista aos autos do processo desta Chamada Pública, em local e horário a serem indicados pela Comissão.

21.1.2. Para efeitos de contagem do prazo para impugnação será considerada proponente toda e qualquer empresa que, tendo ou não retirado o edital, possua condições de atender o objeto Contratado.

21.1.3. A impugnação interposta por proponente, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, deverá ser protocolada junto a Secretaria de Segurança Pública/Departamento de Trânsito, no endereço já indicado, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.

21.1.4. Qualquer cidadão é parte legítima para apresentar impugnação à presente Chamada Pública, devendo protocolizar seu pedido em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sendo que, neste caso, a resposta à impugnação será encaminhada em até 03 (três) dias úteis.

21.1.5. Os demais casos de impugnação obedecerão aos procedimentos e prazos estipulados no art. 41, da Lei Federal n.º 8.666/93.

21.2. A interposição de impugnação por proponente não a impedirá de participar da Chamada Pública, possuindo efeito suspensivo apenas no tocante aos atos que estejam diretamente relacionados à matéria impugnada.

21.3. A impugnação, como critério de aceitabilidade deverá ser encaminhada em papel timbrado ou identificado, em **ORIGINAL** ou através de **CÓPIA AUTENTICADA**, onde figure claramente o nome completo e endereço de seu formulador, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa consulente e endereçada à Comissão, acompanhada de documentação comprobatória da representatividade.

21.3.1. Serão aceitas impugnações por intermédio de “fac-símile – (18) 3642-2215” ou e-mail (transito@birigui.sp.gov.br) ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do **ORIGINAL** ou da **CÓPIA AUTENTICADA** por cartório competente, no prazo máximo de 01 (um) dia útil subsequente e dentro do horário de expediente do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** (horário).



21.4. As respostas às impugnações serão disponibilizadas na página do sítio virtual www.birigui.sp.gov.br, sendo de responsabilidade da proponente e dos interessados o acompanhamento.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar a presente Chamada Pública por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado (art. 49, caput, Lei Federal n.º 8.666/93).

22.2. É facultada à Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Chamada Pública, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente dos documentos de habilitação.

22.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as proponentes.

22.4. É proibido a qualquer participante tentar impedir o curso normal do processo da Chamada Pública mediante a utilização de recursos ou de quaisquer outros meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe o artigo 93 da Lei Federal n.º 8.666/93.

22.5. A Administração se reserva o direito de, unilateralmente, desclassificar qualquer proponente previamente habilitada e classificada caso:

22.5.1. Tenha havido qualquer tentativa de influenciar, por meios ilícitos ou desonrosos, a Comissão no processo de julgamento.

22.5.2. Tenha havido comprovada falsidade ideológica, má conduta ou submissão de documentos fora das normas exigidas.

22.5.3. Venha a se enquadrar, posteriormente, em qualquer das situações impeditivas previstas neste edital.

22.6. Antes do aviso oficial do resultado desta Chamada Pública os interessados para obter informações deverão aguardar a análise, avaliação ou comparação dos documentos apresentados para melhor apreciação.

22.7. As proponentes respondem pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases do processo referente à presente Chamada Pública.

22.8. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da publicação da homologação da Chamada Pública, a Administração providenciará a destruição dos envelopes e documentos que não tenham sido retirados pelas proponentes não habilitadas.

22.9. Na contagem de prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, observado o seguinte:

22.9.1. Serão sempre considerados dias consecutivos, exceto quando expressamente haja disposição em contrário.



22.9.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente nas dependências do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**.

22.9.3. O mesmo princípio será aplicado para os casos de contagem regressiva de prazos, devendo ser considerado como horário limite o fim do expediente do dia imediatamente anterior ao do final dessa contagem.

22.10. Os autos da Chamada Pública são públicos, sendo também públicos todos os atos relativos ao procedimento, salvo quanto ao conteúdo dos envelopes até sua respectiva abertura.

22.10.1. Será franqueada vista dos autos a qualquer interessado sempre que os mesmos estiverem disponíveis para tanto no Departamento de Materiais.

22.10.2. Eventual pedido para extração de cópias somente será analisado quando a solicitação for efetuada por escrito, onde figure claramente o nome completo e endereço de seu formulador, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa consulente e endereçada à Comissão, acompanhada de documentação comprobatória da representatividade.

22.11. Os atos referentes a este processo poderão ser comunicados aos proponentes por qualquer tipo de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município, Jornal Local e/ou Jornal de Grande Circulação.

22.12.1. Fica constituído como obrigação das empresas participantes o acompanhamento das publicações contidas nos meios de comunicação supramencionados e no sítio oficial do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** (www.birigui.sp.gov.br).

22.12.2. Ressalvadas as decisões cuja publicação na imprensa oficial seja obrigatória, a critério da Comissão tais decisões poderão também ser divulgadas da seguinte forma:

a) nas sessões de abertura de envelopes.

b) por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas empresas participantes.

22.13. É de única e inteira responsabilidade das empresas participantes o correto e preciso fornecimento e atualização de seu endereço, telefone, fax, endereço eletrônico (e-mail) e demais códigos de acesso dos meios de comunicação à distância a serem utilizados pelo **MUNICÍPIO DE BIRIGUI** para contato. Sendo que esta não poderá ser responsabilizada por falta de comunicação por conta de fornecimento de dados imprecisos ou falta de sua atualização.

22.14. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão, eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, e, nessa situação, as decisões da Comissão serão apreciadas pela autoridade superior.

23. DOS REAJUSTES FINANCEIROS:

23.1. Os valores serão fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses.

23.3.1. Após o primeiro 12(doz) meses, havendo a prorrogação do contrato, o mesmo poderá ser reajustado nos termos da legislação vigente.

23.2. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



24. DO FORO:

24.1. As partes elegem o foro da Comarca de Birigui-SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste Edital da **CHAMADA PÚBLICA N.º 07/2017**.

Birigui, 30 de agosto de 2017.

CLEBER RODRIGO DA SILVA

- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA -

MELISSA PUERTAS SAMPAIO

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

CRISTIANO SALMEIRÃO

- PREFEITO MUNICIPAL -